

# “AUTÓGRAFOS”, “TEXTOS ORIGINAIS” OU “TEXTO INICIAL”: ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A TERMINOLOGIA EM CRÍTICA TEXTUAL

“Autographs”, “original text” or “initial text”: Some thoughts on the terminology in textual criticism

*Philip Maertens*<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo da crítica textual é a restauração de um texto no seu estado pristino. Esta contribuição tem como intuito explorar algumas das dificuldades inerentes aos conceitos de “autógrafos” e “textos originais”. A sua complexidade conduz a descartar a sua utilidade no objetivo da crítica textual, e à adoção do conceito de “texto inicial”.

**Palavras-chave:** Novo Testamento; crítica textual; autógrafos; textos originais; texto inicial; *Ausgangstext*.

**Abstract:** The purpose of textual criticism is the restoration of the pristine state of a text. The aim of the present contribution is to explore some of the inherent difficulties of the notions of “autographs” and “original texts”. Their complexity leads to question their usefulness for the goal of textual criticism, and to the adoption of the concept of “initial text”.

**Keywords:** New Testament; textual criticism; autographs; original text; initial text; *Ausgangstext*.

131

---

<sup>1</sup> Doutorado em História das Religiões e Antropologia Religiosa (Sorbona – Paris IV); investigador associado à ULHT / Área de Ciência das Religiões.

## Introdução

Num artigo anterior, publicado nesta revista, sugerimos dois fatores importantes no surgimento de variantes entre os vários manuscritos neotestamentários (Maertens, 2022). No presente artigo, assim como em contribuições subsequentes, gostaríamos de continuar a apresentar aspetos fundamentais da crítica textual. O objetivo será de entender melhor a história da transmissão dos textos essenciais para o Cristianismo que são os textos do Novo Testamento.

De forma concisa, pode dizer-se que a crítica textual dos textos do Novo Testamento é a disciplina que tem como objetivo a reconstituição ou o restauro destes textos no seu estado inicial, a partir das cópias existentes e seguindo determinadas metodologias (Nestle, 1901; Vaganay, 1991; Parker, 2008).

O termo “restauro” evoca a ideia de conserto, remendo. Implica que algo já não se encontra no seu estado original, que sofreu danos que precisam de ser remediados. Assim, a Restauração de 1640 procurou reinstalar a monarquia nas mãos portuguesas após o país ter sido parte do reino espanhol. Ou ainda o restauro de uma pintura que procura dar um brilho novo, tratando as partes deterioradas.

132

Portanto, ao servir-se do termo “restauro” no caso dos textos do Novo Testamento, sugere-se um facto primário: os textos perderam a sua condição pristina. Cabe à crítica textual restabelecer o seu estado inicial.

Há duas razões basilares que explicam a situação na qual se encontram os textos do Novo Testamento. Em primeiro lugar, ignora-se o que aconteceu ao certo com os documentos originais. Ainda que exista uma pequena possibilidade teórica, muitíssimo remota, que num futuro indeterminado um

ou vários deles venham a ressurgir, no estado atual do nosso conhecimento, só se sabe que desapareceram algures durante os primeiros séculos.

Em seguida, embora tenham chegado até nós milhares de cópias feitas à mão dos textos do Novo Testamento, não só na sua língua original, o grego, mas também nas línguas das primeiras traduções (como o latim, o copta, ou ainda o siríaco), e às quais podem juntar-se as citações feitas pelos primeiros escritores cristãos, consta que a discordância entre elas existente, torna impossível afirmar qual dos manuscritos/ou quais dos manuscritos representa/ou representam a cópia conforme e exata dos textos originais.

Noutras palavras, a crítica textual torna-se uma necessidade na ausência dos textos originais e na presença de uma transmissão acidentada. Antes de poder responder à pergunta “*como lê?*”, é incontornável a pergunta que Jesus coloca antes: “*o que está escrito?*” (Lc 10, 26)

133

### **Os “autógrafos”**

O termo “autógrafos”, usado às vezes quando se discursa sobre os textos do Novo Testamento, revela-se, ao olhar de mais perto, problemático. Apesar de reconhecer o facto de os textos serem escritos à mão, parece transmitir uma imagem demasiado simplista dos modos de produção e disseminação dos textos. Embora seja lícito usar o termo “publicação” para designar o processo, não se pode perder de vista que este processo na Antiguidade em pouco se parece com os processos de publicação de hoje em dia. No mundo greco-romano, onde só uma minoria reunia as condições necessárias para usufruir de textos escritos (não só as aptidões literárias, mas também o tempo para ler, assim como os meios financeiros para adquirir textos), a forma predominante de difusão de textos consistia no uso dos contactos estabelecidos pelas redes sociais em vez de constituir o resultado

das diligências de uma casa editora. Um autor, desejoso de dar a conhecer a sua obra, entregava a um ou vários amigos um exemplar preparado por ele ou, o que era talvez mais comum, elaborado sob a sua direção por um escriba ou um escravo com conhecimentos literários. Cada destinatário de um exemplar, por sua vez, fazia conhecer o texto à sua volta e assim por diante onde cada destinatário se tornava emissor da obra no seio do seu círculo de contactos (Gamble, 1995, 82-95).

Portanto, o primeiro exemplar de um texto não era necessariamente escrito pela própria mão do autor. Logo, o termo “autógrafo”, no sentido estrito de “escrito pela própria mão”, dificilmente pode ser aplicado a todos os casos. Por outro lado, como o primeiro impulso da difusão podia implicar a preparação de vários exemplares e presumindo que o autor por uma razão ou outra se encarregasse ele próprio de os escrever, torna-se problemático utilizar o termo “autógrafo” no singular visto que se trata de vários “autógrafos”.

134

Sendo o Novo Testamento um conjunto de vários escritos relevando de tipologias diversas, seria imprudente supor que o mesmo modelo de produção e difusão se aplique de igual modo a todos os seus textos. Convém estabelecer uma distinção entre os textos que podem ser qualificados de “correspondência” e os que não o são. O primeiro grupo engloba, entre outros, as cartas de S. Paulo, enquanto no segundo grupo se encontram, por exemplo, os evangelhos ou o livro dos Atos. A notar, todavia que em alguns casos, a distinção dificilmente se aplica de forma estrita. Assim, a carta aos Hebreus assemelha-se mais a uma espécie de tratado do que a uma carta propriamente dita.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Sobre os géneros dos livros do Novo Testamento, ver por exemplo, Bailey & Vander Broek, 1992; Pearson & Porter, 2002. Sobre as cartas na Antiguidade e no Novo Testamento, ver Klauck, 2006; Muir, 2009.

Embora o Novo Testamento careça de indícios relativos à produção e difusão dos seus textos, é permitido pensar que no que toca aos textos não-epistolares, seguia-se um modelo próximo ou comparável às práticas correntes no mundo greco-romano. Pode pensar-se que quando o autor do livro dos Atos dos Apóstolos dirigiu o seu exemplar a “Teófilo”, aproveitou para endereçar uma cópia à comunidade da qual era membro. Da mesma forma, não é descabido imaginar que os outros evangelistas, não só tenham entregado um exemplar dos seus evangelhos às suas respectivas comunidades, mas também às comunidades dos arredores ou com as quais as suas comunidades tinham fortes laços. Ou seja, em vez de usarem uma rede de pessoas para estimular a difusão das suas obras, terão recorrido a uma rede de comunidades. Existe, portanto, no caso de alguns textos do Novo Testamento, a probabilidade de que, desde o início, tenham circulado vários exemplares dos mesmos e publicados pelos seus respetivos autores.

135

No que diz respeito às cartas, o procedimento mais comum consistia no autor ditar a missiva enquanto o escriba, ou escravo, tomava nota sob forma de taquigrafia ou estenografia. Um calígrafo – podia ser o escriba ou escravo responsável pelos apontamentos, embora não fosse invulgar tratar-se de outra pessoa – transformava as notações num texto extenso e mais legível. Também neste caso, é difícil empregar o termo “autógrafo”, *stricto sensu*, do autor. Talvez seja oportuno lembrar que S. Paulo, o autor mais prolífico de cartas no Novo Testamento não hesitava em recorrer aos serviços de um amanuense, ou seja, uma pessoa que escrevia as cartas que ele ditou. (Richards, 1991) Na sua carta aos Romanos lê-se a saudação transmitida por Tércio, responsável pela escrita do documento: “Eu, Tércio, que esta carta escrevi, vos saúdo no Senhor.” (Rm 16, 22). Também noutras cartas, existem indícios que sugerem que foram escritas por amanuenses ainda que S. Paulo

tenha assinado de sua própria mão (assim 1 Cor 16, 21: “Saudação da minha própria mão, de Paulo” – frase que se lê também em Cl 4, 18; 2 Ts 3, 17: “Saudação da minha própria mão, de mim, Paulo, que é o sinal em todas as epístolas; assim escrevo.”) Sabe-se igualmente que a primeira carta de S. Pedro não foi escrita pelo seu autor, visto ele próprio admitir: “Por Silvano, vosso fiel irmão, como cuido, escrevi brevemente” (1 Pe 5, 12).

Um outro elemento a ponderar, relativo às cartas no contexto da problemática do termo “autógrafo”, sobretudo entendido como o original que necessita de ser recuperado, é a possibilidade de o calígrafo elaborar, não um, mas vários exemplares da mesma carta. De facto, em alguns casos, as cartas não se dirigiam a uma só comunidade, mas a várias igrejas num mesmo território ou cidade. Tal terá sido, talvez a situação da carta aos Romanos e aos Coríntios, e, decerto no caso da carta aos Gálates. Infelizmente, não se sabe se uma das igrejas tomou a responsabilidade de transmitir a carta às outras comunidades incluídas nos destinatários, ou se a equipa do apóstolo terá providenciado exemplares para cada comunidade.

Relativamente à questão da difusão das cartas, pode traçar-se um paralelo com a difusão de obras literárias e sugerir que as comunidades serviam de centros de partilha nas redes comunitárias.<sup>3</sup> Aliás, numa das cartas paulinas o próprio autor indica aos destinatários como proceder: “E, quando esta epístola tiver sido lida entre vós, fazei que também o seja na igreja dos laodicenses, e a que veio de Laodiceia lede-a vós também.” (Cl 4, 16). Seria de esperar que cada comunidade tenha enviado uma cópia e guardado a carta recebida, em vez de se desfazer de um documento importante aos olhos dos seus membros.

---

<sup>3</sup> Ver as diversas contribuições em Ceccarelli, Doering, Fögen, & Gildenhard, 2018.

## O destino dos “originais”<sup>4</sup>

Conquanto o termo “autógrafo”, no que diz respeito ao seu uso para os escritos do Novo Testamento, se revele problemático, é legítimo interrogar-se sobre o destino que tenham sofrido os documentos iniciais. Como já foi referido, ignora-se o seu destino, embora persistam ecos através dos séculos, implicando o seu paradeiro em determinados momentos da história. Infelizmente, nem todos esses ecos merecem a credibilidade que pretendem. Assim, durante muito tempo, a cidade italiana de Veneza orgulhou-se de possuir um fragmento do Evangelho de S. Marcos, escrito pelo próprio punho do evangelista. Afinal, não se trata de um manuscrito do primeiro século, escrito em grego, língua na qual o evangelho foi composto, mas de uma tradução em latim, provavelmente escrita no século VII. (Nestle, 1901, 30) Segundo um autor do século IV, o quarto evangelho, escrito pela própria mão de João, era religiosamente guardado e adorado pela igreja de Éfeso, localizado na Turquia atual. (Nestle, 1901, 30) No final do século II ou no início do século III, o autor cristão Tertuliano ainda podia escrever: “Percorre as igrejas apostólicas ... onde as suas cartas autênticas são lidas a voz alta” e enumerar os lugares em questão: Corinto, Filipos, Tessalónica, Éfeso, Roma. (*De Praescriptionibus Adversus Haereticos*, 36). Sem surpresa, o trecho provocou um debate deveras interessante, em particular a expressão “*authenticae litterae*” que traduzimos por “cartas autênticas”. O termo “autêntico” pode, na sua aceitação mais comum, querer significar que as cartas são as enviadas pelos próprios apóstolos. Significa isso, que na passagem do século II para o século III, ainda existiam estes documentos, datando de mais de um século. Escritos sem dúvida em papiro, apesar de parecer um suporte muito frágil aos nossos olhos influenciados pelos achados arqueológicos, tal situação não seria

137

---

<sup>4</sup> O termo “originais” refere-se aqui aos documentos recebidos pelas comunidades ou pelos destinatários dos textos.

improvável. Todavia, não se pode descartar o facto de que Tertuliano, advogado de formação, treinado na retórica, não hesitasse em empregar hipérboles a fim de persuadir os seus leitores. Será o caso neste excerto? Numa outra abordagem aproxima-se este texto a um outro, do mesmo autor, e onde figura o mesmo termo (*De Monogamia* 11) mas onde se refere a língua original, o grego, em oposição ao latim. (Nestle, 1901, 30) Assim, nas suas *Prescrições contra os heréticos*, Tertuliano convidaria os seus leitores a consultar as cartas, não na sua tradução em latim, que constituía a sua língua corrente, mas na sua língua original, ou seja, no grego. Embora possa parecer uma leitura convidativa, entende-se mal a necessidade de o autor mencionar de forma explícita as cidades onde os documentos podiam ser encontrados e ouvidos. Há também quem seja da opinião que Tertuliano contrapôs, não tanto o grego às versões, mas antes os textos canónicos aos apócrifos. (Metzger, 1989) Na verdade, uma das características dos heréticos, do ponto de vista dos primeiros escritores cristãos, era a sua tendência para se apoiarem nos escritos que não eram recebidos pelas igrejas apostólicas.

138

Por outro lado, existe um argumento apelativo contra a presunção da existência dos próprios documentos executados ou mandados executar pelos autores dos textos do Novo Testamento, e que se relaciona de forma muito direta à questão da crítica textual. Conquanto a crítica textual, apresentada sob a forma de uma disciplina organizada, não surja antes dos finais do século XVIII, como prática *ad hoc*, ela é talvez tão antiga como o próprio ato de ler. Sempre que um leitor atento, confrontado com um lapso no texto, opta por uma leitura corrigida, mesmo mentalmente, pratica a crítica textual. Os escritores cristãos dos primeiros séculos, confrontados com lapsos nos seus manuscritos dos textos do Novo Testamento, agiam da mesma forma, informando o seu público das suas escolhas e das suas razões. Nisto, eram

convidados pela imagem pouco reluzente aplicada por vezes aos trabalhos dos escrivães. (Maertens, 2022) Autores da Antiguidade podiam aludir às reações destrutivas para com manuscritos repletos de erros ou admitir que os erros contidos nos seus textos eram da responsabilidade dos copistas (Sêneca, *Ira* 2.26.2; Martial, *Epigramas* 2.8). Tais críticas não se limitavam ao mundo não-cristão, mas estendiam-se também ao mundo dos cristãos. No século III, o autor cristão Orígenes lamentou: “Atualmente torna-se claro que a diferença entre cópias se tornou grande, seja por causa da indolência de alguns copistas, seja por causa da vil ousadia de outros para emendar os seus exemplares, seja por causa daqueles que, seguindo o seu bom prazer, acrescentam ou retiram do texto.” (*Comm. Mat.* 15.14) Já no final do século II, Ireneu, outro autor cristão, fez referência aos erros cometidos por escribas. (*Contra Haer.* 5.30) Noutras palavras, qualquer leitor contava encontrar-se com um texto imperfeito, manchado de lapsos, o que podia dar lugar a uma leitura crítica. Não é de estranhar que os escritores cristãos partilhassem as suas apreciações quanto ao estado dos textos do Novo Testamento com os seus círculos de leitores.

139

Ora, nestes debates em que se procura reaver os textos no estado pristino, o apelo aos “autógrafos” faz-se notar pela sua ausência. Estes documentos, dos quais alguns autores afirmavam ainda subsistirem, nunca foram invocados para resolver as dúvidas quanto ao teor certo dos textos utilizados pelas comunidades. A título de exemplo, o próprio Tertuliano, quando acusa o herético Marcião de Sinope, de corromper a carta de S. Paulo aos Efésios, pela alteração do nome “Éfeso” para “Laodicéia” (Ef 1, 1), não propõe consultar a cópia guardada na igreja de Éfeso, mas funda o seu argumento na tradição eclesiástica (*Ecclesiae ... veritate, Adv. Marc.* 5.17.1). É lícito pensar que tal lacuna na sua argumentação, assim como na de outros

escritores, revele a ignorância quanto à localização ou destino dos documentos e, portanto, permite postular que terão desaparecido em condições desconhecidas e numa época incógnita, mas muito remota da história do cristianismo.

Como o conceito de “autógrafos” dos textos do Novo Testamento se torna demasiado complexo para servir de meta na restauração dos textos, não é de estranhar que os especialistas, já há muito, expressem a tendência para recuperar os textos “originais” em vez dos “autógrafos”. Todavia, como demonstrou Epp, um dos maiores peritos em crítica textual, o termo “texto original” não carece de ambiguidade (Epp, 2005). Assim, este pode referir-se aos textos predecessores que tiveram um papel importante na composição de vários textos do Novo Testamento, assim como a documentos que serviram de fontes na elaboração dos diversos evangelhos. Em segundo lugar, o termo pode também servir de substituto do termo “autógrafo” cujo uso espinhoso foi assinalado nos parágrafos anteriores.

140

O conceito de “texto original” pode ainda designar o texto “canónico”, ou seja, referir-se à forma do texto no momento da sua aceitação generalizada como texto revestido de autoridade, ainda que a dita aceitação seja suscetível de receber várias interpretações. De maneira geral, o termo pode aplicar-se à conclusão do processo de canonização do conjunto de livros designado por “Novo Testamento”, como também se pode aplicar aos períodos intermédios, quando as subcoleções do Novo Testamento foram constituídas (a coleção das cartas de S. Paulo constitui um bom exemplo).

Por outro lado, a dificuldade, sempre segundo Epp, reside na determinação cronológica mais precisa do momento histórico da aceitação. Finalmente, o termo “texto original” pode ainda servir para indicar as “formas interpretativas” dos textos, expressão utilizada pelo autor para designar as

reformulações interpretativas dos textos utilizadas no ensino e na liturgia das comunidades. A crescente insatisfação para com o conceito de “texto original”, a que se assiste desde os finais do século XX, levou à adoção, nos últimos anos, de um novo paradigma que representa um avanço em termos conceituais. Resultado dos trabalhos do Instituto de Pesquisa Textual do Novo Testamento (*Institut für Neutestamentliche Textforschung*), instituição incontornável no que diz respeito às edições dos textos do Novo Testamento em grego e localizada em Münster na Alemanha, a nova abordagem abandonou a ideia do “texto original” que era preciso restaurar, para acolher a noção de “*Ausgangstext*” ou “texto inicial” e que se define como “a forma do texto que se situa no início da tradição textual.”<sup>5</sup>

Ao invés de apelar a uma ideia platónica do texto do Novo Testamento do qual as testemunhas constituem as cópias imperfeitas, consideram-se as formas dos textos dos manuscritos como pontos de referência na corrente da tradição que é preciso seguir até a fonte da qual descendem as formas existentes. De maneira mais humilde trabalha-se com as matérias presentes, sem necessariamente assumir a garantia de que o resultado obtido corresponde aos textos autorais.

141

De facto, entre os primeiros indícios palpáveis da transmissão dos textos do Novo Testamento e as datas tradicionais das suas composições, existe um espaço temporal notável que não pode ser ignorado. O fosso existente entre o texto inicial, que remete ao início da transmissão dos textos, e a “ideia” dos textos nas suas formas autorais, ambos, aliás, reconstruídos a partir dos manuscritos e citações nas obras dos escritores cristãos da Antiguidade, só se ultrapassa por um ato de fé.

---

<sup>5</sup> *Novum Testamentum Graecum: Editio Critica Maior. IV Catholic Letters: Letters of Peter* (Stuttgart: Deutsche Biblegesellschaft: 2000), 23 n. 4 citado por Holmes, 2013, 652.

## Conclusão

Os textos do Novo Testamento foram postos por escrito há umas duas dezenas de séculos, numa época em que a reprodução mecânica ou digital ainda não existia. As suas cópias foram multiplicadas manualmente por escribas e copistas. Uma das consequências foi a multiplicação das divergências entre os múltiplos exemplares ainda existentes. Devido à sua importância para o Cristianismo, torna-se imperativo restituir os textos do Novo Testamento na sua condição pristina. Os conceitos de “textos originais” e “autógrafos” trazem consigo dificuldades que impedem a sua utilização enquanto termos científicos. Assim, no campo da crítica textual, prefere-se manusear o termo alemão *Ausgangstext*, ou, em português, “texto inicial”. Trata-se do texto que se encontra na base da transmissão manuscrita. Designa o texto que se pode restaurar a partir das diversas testemunhas existentes hoje em dia. Pode ser que o texto inicial corresponda ao texto que os autores do Novo Testamento redigiram ou ditaram. Pode também ser que represente apenas um ramo da transmissão, enquanto outras ramificações se terão perdido sem deixar rasto.

142

## Bibliografia:

- Bailey, J. L., & Vander Broek, L. D. (1992). *Literary Forms in the New Testament: A Handbook*. Louisville, Kentucky: Westminster John Knox Press.
- Ceccarelli, P., Doering, L., Fögen, T., & Gildenhard, I. (. (2018). *Letters and Communities: Studies in the Socio-Political Dimensions of Ancient Epistolography*. Oxford: Oxford University Press.
- Epp, E. J. (2005). The Multivalence of the Term "Original Text" in New Testament Textual Criticism. In E. J. Epp, *Perspectives on New Testament Textual Criticism. Collected Essays, 1962-2004* (pp. 551-593). Leiden / Boston: Brill.

- Gamble, H. Y. (1995). *Books and Readers in the Early Church. A History of Early Christian Texts*. New Haven / London: Yale University Press.
- Holmes, M. W. (2013). From "Original Text" to "Initial Text": The Traditional Goal of New Testament Criticism in Contemporary Discussion. In B. D. Ehrman, & W. H. Holmes, *The Text of the New Testament in Contemporary Research. Essays on the Status Quaestionis*. (2<sup>o</sup> ed., p. 652). Leiden / Boston: Brill.
- Klauck, H.-J. (2006). *Ancient Letters and the New Testament: A Guide to Context and Exegesis*. With the Collaboration of Daniel P. Bailey. Waco, Texas: Baylor University Press.
- Maertens, P. (2022). A presença de variantes nos manuscritos dos textos do Novo Testamento: dois fatores. *Ad Aeternum*, 1(3), pp. 146-159.
- Metzger, B. M. (1989). *The Canon of the New Testament: Its Origin, Development, and Significance*. Oxford: Clarendon Press.
- Muir, J. (2009). *Life and Letters in the Ancient Greek World*. London / New York: Routledge.
- Nestle, E. (1901). *Introduction to the Textual Criticism of the Greek New Testament*. London: Williams and Norgate.
- Parker, D. C. (2008). *An Introduction to the New Testament Manuscripts and their Texts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pearson, B. W., & Porter, S. E. (2002). The Genres of the New Testament. In S. E. Porter, *Handbook to the Exegesis of the New Testament* (pp. 131-165). Boston / Leiden: Brill.
- Richards, R. E. (1991). *The Secretary in the Letters of Paul*. Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck).
- Vaganay, L. (1991). *An Introduction to New Testament Textual Criticism. Second Edition revised and Updated by Christian-Bernard Amphoux. Translated into English by Jenny Heimerdinger*. Cambridge: Cambridge University Press.